

GRUPO GLOBO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE: Roberto Irineu Marinho

VICE-PRESIDENTES: João Roberto Marinho - José Roberto Marinho

PRESIDENTE EXECUTIVO

Jorge Nóbrega

Valor

é uma publicação da Editora Globo S/A

DIRETOR GERAL: Frederic Zoghailb Kachar

DIRETORA DE REDAÇÃO: Vera Brandimarte

Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Os árduos caminhos para a redução da desigualdade

A desigualdade aumentou na sociedade brasileira em 2018, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os pobres ficaram mais pobres ainda ou aumentaram pouco sua renda, enquanto os ricos enriqueceram mais, ampliando a distância entre os extremos. Segundo o IBGE, a renda dos 5% mais pobres caiu 3,2% e a dos 50% mais pobres aumentou 2%, enquanto a do 1% mais rico cresceu 8,2%. Ou seja, os mais ricos ganharam quase 34 vezes mais do que os 50% mais pobres.

Medida pelo índice de Gini do rendimento médio mensal real domiciliar per capita de todas as fontes de renda, a desigualdade cresceu para o maior patamar da série histórica iniciada em 2012. Levando em conta o salário obtido do trabalho, aposentadorias, pensões, aluguéis, programas de transferência de renda e outros rendimentos, o índice de Gini ficou em 0,545 no ano passado, o maior nesses seis anos. Quanto mais perto de 1, maior a desigualdade. De 2012 a 2015, o índice de Gini mostrou tendência de redução, passando de 0,540 para 0,524. Mas essa trajetória foi revertida a partir de 2016, quando o índice aumentou para 0,537, ficando praticamente estacionado em 0,538 em 2017. O índice de Gini médio entre os países da OCDE é de 0,36.

O levantamento do IBGE também joga luz na pobreza, que diminuiu ligeiramente no ano passado enquanto a extrema pobreza teve pequeno aumento. Usando o mesmo critério do Banco Mundial, que considera pobre quem vive com até US\$ 5,50 por dia, o IBGE calculou esse segmento da população brasileira em 52,8 milhões de pessoas, 1,4 milhão a menos (2,4%) do que os 54,1 milhões de 2017. Já a pobreza extrema, que engloba quem vive com US\$ 1,90 por dia, aumentou em 363 mil (2,7%) para 13,6 milhões de pessoas.

O aumento da desigualdade no ano passado não é novidade. Isso só não ocorreu em 2017 porque os mais ricos pouco avançaram. Segundo o especialista **Marcelo Neri, diretor da FGV Social**, é o ciclo mais longo de aumento da desigualdade registrado no país. De 2015 a 2017, nada menos que 8,3 milhões de pessoas engrossaram o número de pobres. O crescimento do desemprego é o principal responsável pelo aumento da concentração de renda nos últimos quatro anos.

A deterioração do mercado de trabalho vem

na esteira do enfraquecimento da economia, iniciado no quarto trimestre de 2014, que reduziu o Produto Interno Bruto (PIB) em pouco mais de 7% entre 2015 e 2016. A ligeira recuperação de 1,1% em 2017 e mais 1,1% em 2018 foi quase imperceptível, dada a inanição do mercado de trabalho. Mesmo a recente recuperação do emprego não deve reduzir a desigualdade uma vez que ocorre principalmente no segmento informal, cujos salários são menores. Isso se reflete na renda de todos os trabalhos, calculada pelo IBGE, que melhorou no ano passado, mas está abaixo do pico da década. A renda per capita de todos os trabalhos ficou em R\$ 2.234 no ano passado, acima dos R\$ 2.183 de 2017 e dos R\$ 2.197 de 2016. Mas abaixo dos R\$ 2.279 de 2014.

Há economistas que apostam na melhoria da economia para reduzir a desigualdade. “Crescimento é (quase) tudo”, escreveram os professores da Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV, Pedro Ferreira e Renato Fragelli, no **Valor** (17/10), defendendo que “não há substituto melhor para o crescimento” quando se pretende reduzir sustentavelmente a pobreza. Os professores mostram como a expansão econômica reduziu a pobreza em países como a China e a Índia. Mas não teve efeito igual na desigualdade, especialmente pela falta de preparo da mão de obra nesses países. A desigualdade tem várias causas e uma delas é certamente a educação.

Em outro artigo, o professor Francisco Tavares e a procuradora Elida Graziane Pinto, também em artigo para o **Valor** (18/10), mencionam estudo do Fundo Monetário Internacional (FMI), que avalia que o sistema tributário brasileiro é dos menos eficientes na redução do Índice de Gini e ressaltam a necessidade de revisão das renúncias fiscais e da regressividade tributária.

Outro ponto importante é a manutenção das políticas sociais. A instituição do 13º salário para o Bolsa Família foi uma ação positiva, mas não compensa o fato de o benefício não ter sido reajustado. A mudança de regra de correção do salário mínimo, que deixará de ter ajuste real, é necessária, mas terá impacto negativo, por seu efeito nas rendas da aposentadoria e pensões, que representam 20,5% do rendimento médio das pessoas, em comparação com os 72,4% provenientes do trabalho. Combater a desigualdade exige ação simultânea em muitas frentes.